

Comer em Brasília não custa tão caro

César Augusto Gonçalves

Em recentes reportagens a imprensa tem destacado a questão do custo da alimentação do DF, ressaltando "a alimentação fora do domicílio".

Discutir esta questão abre uma grande oportunidade para que seja analisado o nível da maturidade econômica do DF e suas implicações. Por ser muito novo, o DF é ainda extremamente carente de uma produção agrícola e industrial que atenda à demanda interna e ainda o possibilite a exportar o excedente para outras unidades federadas, gerando a tão esperada autonomia financeira. O setor industrial, aqui absorve anualmente somente 13 por cento da população economicamente ativa, contra a média nacional de 24 pontos. Estima-se que mais de 80 por cento dos produtos alimentícios industrializados consumidos sejam importados dos estados. Isto, além de acarretar uma grande evasão de empregos e impostos, traz como consequência um aumento nos preços finais dos produtos, que têm de embutir custos com fretes, manutenção de escritórios comerciais e estoques reguladores.

Some-se a tudo o elevado custo dos aluguéis (agravados quando se trata de unidades que operam em shopping center), a baixa qualidade da mão-de-obra disponível no mercado, o alto custo de pessoal e as elevadas tarifas de energia elétrica.

Apenas como exemplo, uma loja situada em um ponto comercial e com área de 120m², computando os custos com aluguel, encargos comuns, luz, água, tel, IPTU, teria os seguintes dispêndios aproximados em valores de setembro: shopping de maior fluxo: Cr\$ 35 mil; shopping de menor fluxo: Cr\$ 20 mil, entre-quadra Plano Piloto: Cr\$ 15 mil; e cidade-satélite: Cr\$ 10 mil.



A baixa produtividade decorrente da falta de qualificação profissional do pessoal disponível no mercado, acarreta incremento de custos com formação profissional, a par de elevado índice de desperdício de matéria-prima, perda de vendas etc.

Os custos de alimentação e transporte de funcionários são responsáveis por acréscimos que variam de 45 a 60 por cento ao custo do salário do trabalhador. O custo total de pessoal representa, conforme o tipo do estabelecimento, algo entre 20 a 35 por cento do faturamento bruto.

O setor hoteleiro, por sua vez, é bastante atingido por estas questões onde a área de alimentação tem um peso relativo considerável.

Em especial o problema dos recursos humanos assume proporção mais grave, considerando-se o elevado grau de especialização que os serviços de hotelaria reclamam.

Todas estas questões requerem do governo, dos empresários e da sociedade um esforço para que seja

acelerado o desenvolvimento do DF e assim minimizados os efeitos que a atual dependência econômica nos impõe.

Neste sentido, os empresários, utilizando seus legítimos e importantes instrumentos corporativos, que são os sindicatos, federações e confederações de classe, devem buscar dinamizá-los em busca das soluções para os problemas comuns, criando alternativas de racionalização de custos, de modernização empresarial e de efetiva participação e influência na condução das políticas públicas.

O Governo do Distrito Federal, por seu lado, deve procurar soluções que tornem mais atrativo, dinâmico, e viável o Programa de Desenvolvimento do DF, revendo e criando recursos e incentivos que efetivamente promovam o desenvolvimento agrícola e industrial do Entorno.

■ César Augusto Gonçalves é presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília